



## PARTE D

### CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

#### Deliberação (extrato) n.º 398/2017

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 04 de abril de 2017, foi renovada, por igual período de três anos, a comissão de serviço dos seguintes juizes Presidentes dos Tribunais de Comarca, nos termos do artigo 93.º, da Lei da Organização do Sistema Judiciário, n.º 62/2013, de 26 de agosto, alterada pela Lei n.º 40-A/2016 de 22.12.2016, atenta a avaliação favorável deste Conselho Superior da Magistratura, depois de ter sido ponderado o exercício dos poderes de gestão e os resultados obtidos em cada comarca:

Açores — Juiz de Direito, Dr. José Francisco Moreira das Neves;  
 Aveiro — Juiz Desembargador, Dr. Paulo Neto da Silveira Brandão  
 Beja — Juiz Desembargador, Dr. José António Penetra Lúcio  
 Braga — Juiz de Direito, Dr. Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira  
 Bragança — Juiz de Direito, Dr. Fernando Manuel Vilares Ferreira  
 Castelo Branco — Juiz Desembargador, Dr. José Avelino da Encarnação Gonçalves  
 Coimbra — Juíza de Direito, Dr.ª Isabel Maria Afonso Matos Namora;  
 Évora — Juiz Desembargador, Dr. Edgar Gouveia Valente;  
 Faro — Juiz Desembargador, Dr. Sênio Manuel dos Reis Alves;  
 Guarda — Juíza de Direito, Dr.ª Maria Alexandra Xavier Ferreira Guiné;  
 Lisboa — Juíza Desembargadora, Dr.ª Amélia Maria dos Reis Catarino Correia de Almeida;  
 Lisboa-Norte — Juíza de Direito, Dr.ª Rute Alexandra da Silva Sabino Lopes;  
 Lisboa-Oeste — Juíza de Direito, Dr.ª Rosa Maria Colchete de Vasconcelos

Madeira — Juiz Desembargador, Dr. Paulo Duarte Barreto Ferreira;  
 Porto — Juiz de Direito, Dr. José António Rodrigues da Cunha;  
 Porto-Este — Juíza de Direito, Dr.ª Armanda Alves Rei de Lemos Gonçalves;  
 Setúbal — Juiz Desembargador, Dr. Manuel Alexandre Teixeira Advínculo Sequeira;  
 Viana do Castelo — Juiz Desembargador, Dr. José Júlio da Cunha Amorim Pinto;  
 Vila Real — Juiz de Direito, Dr. Álvaro Monteiro;  
 Viseu — Juíza Desembargadora, Dr.ª Maria José Monteiro Guerra.”  
 27 de abril de 2017. — O Juiz-Secretário, *Carlos Castelo Branco*.  
 310459144

### MINISTÉRIO PÚBLICO

#### Procuradoria-Geral da República

#### Conselho Superior do Ministério Público

#### Despacho (extrato) n.º 4273/2017

Licenciada **Maria Helena Silva Santos Delgado António**, procuradora-geral-adjunta, cessa funções por efeitos de aposentação/jubilção, com efeitos a 31 de março de 2017.

26 de abril de 2017. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

310460626



## PARTE E

### ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

#### Aviso n.º 5552/2017

Por despacho do Reitor do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa de 30 de março de 2017: foram designados os seguintes professores para integarem o júri da equivalência ao grau de doutor em Gestão, requerida por Márcio Alves Amaral Baptista.

Presidente — Doutor Fernando Alberto Freitas Ferreira, Professor Auxiliar com Agregação do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, por delegação expressa do Reitor do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.  
 Vogais:

Doutor Jorge José Martins Rodrigues, Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;

Doutor Nelson José dos Santos António, Professor Catedrático do Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Ana Margarida Madureira Simaens, Professora Auxiliar do Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.

26 de abril de 2017. — O Reitor do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, *Luis Antero Reto*.

310457216

### UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

#### Edital n.º 315/2017

Doutor António Carreto Fidalgo, professor catedrático e reitor da Universidade da Beira Interior, faz saber que, pelo prazo de trinta dias

úteis a contar do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para 1 posto de trabalho e provimento da respetiva vaga na categoria de professor associado na área disciplinar de Medicina, do mapa de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, com a remuneração estabelecida nos termos da legislação aplicável.

A avaliação do período experimental, quando aplicável, é feita nos termos do Regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Académica.

O concurso é aberto nos termos do artigo 37.º a 51.º e 62-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio adiante designado por ECDU, e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Académica da Universidade da Beira Interior, adiante designado por Regulamento, republicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2014, Despachos do Reitor e Vice-Reitor, n.º Despacho n.º 2017/R/09 de 20 de janeiro e 2017/R/35 de 13 de abril, após emissão de declaração a que se refere o n.º 5 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013 de 28 de novembro. O concurso esgota-se com o preenchimento do posto de trabalho colocado a concurso e no mesmo observar-se-ão as seguintes disposições:

1 — Local de exercício de funções

1.1 — O docente a admitir desempenhará as suas funções na Universidade da Beira Interior.

1.2 — As funções a desempenhar na(s) área(s) disciplinar(es) em que o concurso é aberto, têm subjacente que a investigação a realizar decorrerá integrada numa das unidades/polos com autonomia financeira,